

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO CEARÁ NO CENÁRIO NACIONAL POR MEIO DOS MODELOS DAS ESCOLAS DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL E DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

CONTRIBUTIONS OF BASIC EDUCATION IN THE STATE OF CEARÁ TO THE NATIONAL SCENARIO, BASED ON THE MODELS OF FULL-TIME SCHOOLS AND STATE VOCATIONAL EDUCATION SCHOOLS

Paulo Sérgio Pereira de Lima,
paulo_sergio36@hotmail.com.
Luiz Raphael Teixeira da Silva,
rageografia@yahoo.com.br
Giovane Silva Balbino,
giovanesilvabalbino15@gmail.com

Resumo: O estudo teve como objetivo analisar as contribuições da funcionalidade e articulação dos modelos das Escolas em Tempo Integral e das Escolas Estaduais Profissionais do Estado do Ceará, criadas no ano de 2008. Como delineamento metodológico, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, pois o foco foi analisar toda bibliografia publicada, bem como a legislação brasileira, direcionada a educação em tempo integral do ensino médio profissionalizante, descrevendo de forma qualitativa como foi a implantação desse modelo educativo, qual sua funcionalidade, suas estatísticas e suas contribuições para os estudantes do estado do Ceará. Como resultados, constatou-se que este modelo foi muito bem aceito pelos estudantes, trouxe índices positivos para a educação no estado do Ceará e muitas oportunidades para os futuros jovens. Além disso, outros estados do país demonstraram interesse nesse modelo educacional, devido ao seu sucesso. Conclui-se neste estudo que o modelo das escolas de ensino em tempo integral e das escolas estaduais de educação profissional implantadas no estado do Ceará, é reconhecido por muitos profissionais da educação, como também políticos do país. Ainda, contribui para o combate à evasão escolar e possibilita oportunidades aos estudantes para cidadania e capacitação para o trabalho, de modo

que, se não quiserem ingressar na universidade, poderão seguir a carreira profissional escolhida no período que cursaram o ensino da educação profissional.

Palavras-chave: Educação básica. Escolas em tempo integral. Ensino médio. Educação profissional.

Abstract: This study aimed to analyze the contributions of the functionality and articulation of the models of Full-Time Schools and State Professional Schools in the State of Ceará, created in 2008. As a methodological approach, a bibliographic, descriptive, and qualitative research was used, since the focus was to analyze all published bibliography, as well as Brazilian legislation, directed at full-time vocational high school education, describing in a qualitative way how this educational model was implemented, its functionality, its statistics, and its contributions to students in the state of Ceará. As a result, it was found that this model was very well received by the students, brought positive results for education in the state of Ceará, and many opportunities for future generations of young people. Furthermore, other states in the country have shown interest in this educational model, due to its success. This study concludes that the model of full-time schools and state vocational education schools implemented in the state of Ceará is recognized by many education professionals, as well as politicians in the country. Moreover, it contributes to combating school dropout and provides students with opportunities for citizenship and job training, so that if they do not wish to enter university, they can pursue their chosen professional career during the period they completed their vocational education.

Keywords: Basic education. Full-time schools. Secondary education. Vocational education.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de tempo integral em escolas públicas estaduais foram criadas com o foco principal de oferecer ao aluno a oportunidade de uma instrução formal ampliada por um conjunto de experiências esportivas, artísticas, recreativas ou temáticas,

em complementação ao currículo escolar formal.

Contudo, o Ensino Médio precede a decisão dos alunos entre a possibilidade de continuar os estudos e ou ingressar em um curso de formação técnica. Nesse contexto, o aluno tem o direito de não cursar a Educação Superior e buscar uma atribuição na sociedade que exija uma formação mais rápida, contanto que esse aluno tenha uma formação que seja valorizada socialmente. Daí entende-se a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio no Brasil em escolas estaduais públicas.

Partindo desse princípio, no ano de 2008, o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE) iniciou a implantação nas escolas públicas do Ensino Médio, a criação de uma rede de Educação Profissional, de forma que essas escolas foram denominadas, Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEPs), as quais teriam como finalidade, integrar o ensino em tempo integral e o médio com o profissional.

A iniciativa da integração do ensino médio ao profissional teve por finalidade não somente a formação de técnicos para a atuação de modo imediato no mundo do trabalho, mas também para habilitar os jovens a concorrerem uma vaga para universidade.

Nesse período, o governo relatou que essa iniciativa estava inteiramente vinculada para melhoria dos índices educacionais no

estado voltado para o Ensino Médio, uma vez que nos últimos anos vinha sofrendo uma queda nos níveis de escolarização e de qualidade, porém, essa justificativa não é evidenciada no site do Governo do Estado e nem da SEDUC/CE.

No processo de implantação das EEPs nos municípios, os critérios exigidos era que os entes interessados em receber as primeiras escolas de educação profissional possuísem uma unidade da Coordenadorias Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), como também, se situassem em áreas de risco e vulnerabilidade social e que apresentassem indicadores educacionais abaixo do perfil esperado, como um incentivo para revitalizá-las (CEARÁ, 2015).

De acordo com o site da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2015) no início do projeto, no estado do Ceará foram implantadas 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), que ofertavam, em 20 municípios, quatro cursos profissionais de nível técnico: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho. Até 2018, o estado do Ceará contabilizava uma expansão significativa com a implantação do projeto, ou seja, ampliação para 119 escolas, em 95 municípios, e 52 cursos em diversas áreas de atuação.

A escolha dos cursos para ser implantados nos municípios levam em consideração características socioeconômica e

os arranjos produtivos locais de cada município, quer seja na agricultura, no setor industrial, no turismo, dentre outros.

É importante ressaltar que a iniciativa do estado do Ceará com esse projeto na área da educação, recebe como principais fontes de financiamento os recursos advindos do Tesouro Estadual e do Programa Brasil Profissionalizado que tem a finalidade de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Por meio desse programa o Governo Federal repassa recursos para o estado investir em escolas técnicas.

Entretanto, para receber recursos desse programa os estados devem assinar um termo de compromisso “Todos pela Educação”, conforme o Decreto de no. 6.094 de 1996. Assim por meio do que foi apresentado, por ser uma política pública recente que vem sendo muito difundida no Estado do Ceará, e por exigir um grande investimento do Estado, e principalmente por apresentar uma proposta pedagógica distinta das demais escolas estaduais regulares, é necessário conhecer bem a concepção de formação presente nessa proposta.

Nesse sentido surge a questão norteadora desse estudo: A experiência das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) que compõem a Educação Básica do Estado do Ceará, representam um modelo educacional a ser implantada em todo o Brasil?

O estudo teve como objetivo analisar

as contribuições da funcionalidade e articulação dos modelos das Escolas em Tempo Integral e das Escolas Estaduais Profissionais do Estado do Ceará, criadas no ano de 2008.

Justifica-se o estudo pela importância que a educação em tempo integral pode exercer na criança, a qual oferece a oportunidade de uma instrução formal ampliada e como adolescente e futuro jovem, pois a educação profissional pode proporcionar uma qualificação técnica, a qual o jovem poderá se aperfeiçoar e exercer como profissão. Sendo assim, é fundamental entender como se encontra esses alunos na condição de educação de tempo integral, analisando todos os aspectos que contribuem e também aqueles que podem ser melhorados, de forma que esse projeto consiga atingir seus objetivos (MINEIRO, 2020).

O artigo foi estruturado da seguinte forma: referencial teórico, o qual aborda: Ensino Médio em Tempo Integral; Educação Profissional; O Estado do Ceará dentro do Contexto Ensino Médio em Tempo Integral. Na sequência tem-se a metodologia, considerações finais e por fim, as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ensino Médio em tempo integral

Ao adentrar no assunto da educação vale ressaltar que a Constituição brasileira

determina que é um direito de todos, além de ser um dever do Estado e da família, promovendo e incentivando com a colaboração da sociedade e visando o desenvolvimento pleno do ser humano, bem como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dito isso, o ensino médio, pode ser considerado o obstáculo da educação brasileira, pois trata-se da etapa da escolarização em que ocorre a transição dos jovens para a vida adulta e, conseqüentemente, para a inserção definitiva ao mundo do trabalho, ao menos para grande parte dos estudantes.

Nos últimos anos, o Ensino Médio tem ocupado papel de destaque nas discussões a respeito da educação brasileira, principalmente quando os resultados das avaliações institucionais estão longe de atender às necessidades dos estudantes, tanto na questão da formação para a cidadania quanto para o mundo do trabalho.

Por essa razão, a reforma do Ensino Médio, redigida inicialmente por meio da Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017, e que produziu mudanças na Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96, tem mobilizado diferentes e divergentes posicionamentos sobre os rumos que essa etapa de ensino deve tomar no país.

Nesta lei, o artigo 13 aponta sobre a instituição da Política de Fomento à

Implementação de Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral, que se concretiza com um programa de mesmo nome. A expansão do Ensino Médio de Tempo Integral já estava prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), período de 2014-2024, cuja meta de número 06 visava a ampliação da oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica até 2024 (BRASIL, 2017).

No entanto, com a mudança do governo, em 17 de maio deste ano, a secretária executiva do Ministério da Educação, Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, em nome do Ministro da Educação, Camilo Santana, encaminhou o Projeto Lei nº 2617/2023 uma justificativa com adequações de uma proposta de Medida Provisória para a implantação do Novo Ensino Médio em Tempo Integral.

Contudo, conforme o site do Ministério da Educação (2023) no dia 31 de julho deste ano, o governo instituiu o Programa Escola em Tempo Integral beneficiando crianças e jovens desde a creche até o Ensino Médio. O Programa visa matricular estudantes em todo o Brasil em tempo integral já nos anos de 2023 e 2024, de modo que ele permaneça na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 horas diárias ou a 35 horas semanais em dois turnos, sem sobreposição entre eles.

Além do tempo e da ampliação, o programa pondera, o uso dos espaços dentro e fora da escola, os diferentes saberes que compõem o currículo escolar, a articulação com os campos da saúde, cultura, esporte, ciência e tecnologia, meio ambiente e direitos humanos, entre outras estratégias, a fim de melhorar as condições de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 2023).

O debate em torno do Ensino Médio em Tempo Integral, reacendeu diversos posicionamentos contra ou a favor de profissionais na área educacional. De modo geral, para alguns profissionais há a necessidade de aprimoramentos e ajustes na Lei; outros sugerem a construção de uma nova lei que dialogue com a realidade da educação brasileira de cada estado, e outros ainda acreditam que é preciso, antes de tudo, reconhecer que essa reforma não terá futuro, tanto por seu problema de concepção quanto de financiamento.

No jornal Folha de São Paulo, dois artigos de opinião publicados no dia 24 de fevereiro, trazem posicionamentos distintos em relação a manter ou não a reforma do ensino médio. Conforme o artigo, entre os argumentos de quem defende a manutenção da proposta, estão os esforços já alocados das redes de ensino em se adaptar e implementar o novo modelo; a crença na essência das mudanças, que, idealmente, trariam

oportunidade de escolha, atratividade e protagonismo aos estudantes do ensino médio; e a ideia de que essa é a única alternativa viável, frente o suposto retorno a um modelo antigo, já fracassado (CÁSSIO, 2023).

Por outro lado, para aqueles que lutam pela revogação imediata do Novo Ensino Médio, não há como melhorar uma proposta que já nasceu sem apoio popular e que não previu a alocação de recursos financeiros suficientes para garantir as grandes mudanças que propunha, ou seja, essa proposta já tem gerado mais desigualdade educacional, principalmente entre aqueles que estudam em escolas públicas e privadas (CÁSSIO, 2023).

Diante desse contexto, o governo sem dúvidas precisará fazer uma análise avaliando todos esses pontos, principalmente no que se refere a cultura de cada região, nível de conhecimento como também, condições financeiras para implantar com êxito esse programa Brasil afora.

2.2 Educação profissional

Historicamente, a educação profissional iniciou em séculos anteriores ao século XIX, onde as profissões eram passadas de geração em geração por meio de experiência, uma vez que, o aprendizado do ofício era executado no cotidiano do exercício da profissão (LEITE, 2023).

No início do século XIX, surgiram os primeiros sinais de aprendizagem profissional,

com a criação do Colégio das Fábricas, criado pelo Príncipe Regente e futuro Rei D. João VI. O objetivo principal era ensinar ofícios aos órfãos e/ou abandonados, para que não viessem a se tornar possível marginais para desequilibrar a sociedade (MINEIRO; LOPES, 2020).

Durante todo o século XIX, as instituições que prestavam algum serviço de educação profissional tinham um caráter assistencial, sendo assim, naquele período existiu uma modificação de foco, a educação profissional do país passou deste caráter assistencialistas, para uma preparação para o trabalho profissional.

Desse modo, começou a ter toda uma ideologia de valorização do trabalho como elemento nacional, onde uma inaptidão já não era vista como algo natural, senão como o resultado da falta de oportunidades, isto é, era preciso valorizar a qualificação profissional como algo que conseguisse formar as pessoas para o trabalho.

Diante disso, o ensino profissional deixou de ser destinado às pessoas miseráveis, e então Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, sendo abertas cerca 19 unidades, espalhadas por todo o território nacional brasileiro. Aquele estudante, que ingressava nessas escolas determinou historicamente o início do desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Mas, nos anos 30, o Brasil passou por grandes modificações

econômicas, então foi nesse período que se deu o marco para a educação profissional, sendo ela normalizada.

No cenário da Constituição de 1937, foi estabelecido uma obrigatoriedade da organização das escolas pelas empresas e sindicatos, e já no ano de 1942 foi criado o Serviço de Aprendizagem (SENAI), sendo também promulgada a Lei Orgânica de Ensino Industrial, que concede organização ao ensino profissional igualando-o ao ensino médio propedêutico. Passando para os anos 50 e 60, foi formulado o Plano de Metas no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que consolidou e modificou a industrialização e urbanização no país.

Com o surgimento de ginásios industriais e dos programas de preparação de mão-de-obra industrial, houve uma expansão da educação profissionalizante. No final dos anos 60, as instituições federais de ensino profissionalizante se tornaram autarquias, e assim evidenciaram com mais tendência à educação. Naquele período, o país sofre o Golpe Militar de 64 e aprofunda uma versão muito moderna e conversadora (AZEVEDO, 2020).

Os anos 80, foi representado por um período de modificação, tanto politicamente e como economicamente, pois o país estava afundado em dívidas, sendo assim, a nação sentiu a necessidade de uma redemocratização, especialmente das classes populares. Diante

disso, surge a Constituição de 88 e na educação profissional a obrigatoriedade da profissionalização vai caindo ao nível de 2º grau, permanecendo somente em Escolas Técnicas Federais. Porém, a educação profissional ainda continuou em segundo plano.

Nesse momento, foi instituído o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB), fundamental para a distribuição de alguns recursos para a educação nos municípios e estados. O ensino médio, não é necessariamente profissional, de responsabilidade dos estados, considerando uma causa na universalização, de modo que nessa década foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo considerado um método para a avaliação da qualidade do ensino ofertado.

Nos últimos anos do século XXI, o país estava passando por um momento particular na economia, favorável a importações e exportações, porém existia uma imersão no desenvolvimento, envolta na distribuição de renda e da expansão do mercado interno.

Já na educação, os avanços aconteceram com a participação e com a presença do FUNDEB, que capacita e passa a ser Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Brasil e da Valorização do Profissional da Educação, que inclui a

Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

Assim, no ano de 2007, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de qualidade no aprendizado, com cinco eixos, dentre entre eles a educação profissional. Então, nesse momento foi criado o Plano de Ações Articuladas (PAR), para a participação ativa dos gestores e educadores locais, governos federais, estaduais e municipais.

No ano de 2004, por meio do decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, finalmente é aberta uma possibilidade para articulação do Ensino Médio Regular, sem prejuízo ao demais do Ensino Profissional. Diante disso, a ideia expandiu no ano de 2006, aparecendo o Plano de Expansão da Educação da Rede Federal de Educação, com programação da formação de 210 unidade federais.

Em relação ao Estado do Ceará, o governo, através da Secretaria da Educação (SEDUC), assumiu em 2008 o desafio de implantar a rede de Educação Profissional no Estado. A estratégia era integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses. Esse modelo educacional integrado possibilita a centenas de alunos a qualificação de ingressar no mercado de trabalho e ao mesmo tempo em que são habilitados, podem concorrer a uma vaga na universidade (CEARÁ, 2015).

Fica evidente que a educação profissional pode dar maior possibilidades para o direito à educação, pelo fato de criar condições que se estabeleça uma sincronização com o mercado de trabalho.

2.3 O Estado do Ceará dentro do contexto Ensino Médio em tempo integral

O Ceará é o estado com maior extensão territorial no semiárido brasileiro, ambiente este que favoreceu uma ocupação baseada em culturas de subsistência: a pecuária, o extrativismo, a agricultura e a indústria periférica. As condições climáticas associaram-se a um modelo social gerado por contornos políticos e econômicos baseados na exploração de mão-de-obra desqualificada. Nesse contexto, o governo estadual sempre concentrou esforços na área educacional, buscando modelos, programas, projetos e alternativas para que o estado se sobressaísse com números positivos de alfabetização entre crianças e qualificação para os jovens.

Como muitos profissionais da área educacional comentam, a educação básica é o alicerce do desenvolvimento educacional de qualquer país. Neste sentido ela tem grande importância e exerce impacto na formação de indivíduos capacitados, além disso, promove a igualdade de oportunidades.

Em decorrência a diversos fatores, no início da Reforma do Ensino Médio, o estado do Ceará passou a desejar etapas básicas, como

a formação e a reforma de escolas, certa autonomia escolar dentro da gestão, modernização dos processos administrativos e implantação de programa de formação continuada para professores e gestores.

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará, coordenado por um secretário capacitado e articulado, implementou políticas públicas para a oferta do Ensino Médio gratuito no Estado, de modo que isso tem sido estruturado para o atendimento de necessidade da reforma do Ensino Médio.

Desse modo, o estado do Ceará tem sido precursor, juntamente com os estados de São Paulo e Minas Gerais, com a implantação de políticas de expansão do Ensino Médio, já desde os períodos de 1995 a 2002, na busca de financiamento de empréstimos do Governo Federal e também por meios internacionais para o desenvolvimento de programas na área educacional da rede pública que ajude estudantes a terem uma educação adequada e que tenham um direcionamento profissional para seu futuro.

Diante disso, o Governo do Estado do Ceará, juntamente com a Secretaria da Educação (SEDUC), assumiu no ano de 2008 o desafio de implantar a rede de educação profissional no Estado. O objetivo principal era integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses. Esse modelo possibilita aos

estudantes a qualificação para ingressar no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que são habilitados a concorrer a uma vaga na universidade (CEARÁ, 2015).

Ainda conforme a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2015) a “educação profissional dá maior amplitude à concepção do direito à educação por criar condições para que se estabeleça um diálogo com o mundo do trabalho”. Nesse modelo onde o governo privilegia o ensino integrado, oferece aos alunos que concluíram o ensino fundamental a matrícula única para o Ensino Médio e formação técnica, abrindo a possibilidade de ingressarem nas Escolas Estaduais de Educação Profissional.

Um item que merece destaque é que nesse modelo de ensino integrado, durante a 3ª série do Ensino Médio, o Governo do Ceará propicia a todos os alunos, o acesso ao estágio curricular obrigatório, sendo este, remunerado.

Diante do modelo apresentado e implantado, o estado do Ceará se destaca ao atingir e superar metas estabelecidas pelo MEC e pela própria Secretaria de Educação do Estado) nos ensinos fundamental e médio liderando o ranking nacional do Ideb de 2019.

Conforme Silva (2020), as informações tem como base testes e provas realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), formado por três avaliações: a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a Avaliação Nacional da

Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil. No SAEB são mensuradas habilidades em língua portuguesa e matemática dos estudantes do 5º ao 9º ano, Também foram avaliadas habilidades em ciências da natureza e ciências humanas no 9º ano do ensino fundamental e habilidades em língua portuguesa e matemática no 2º ano do ensino fundamental. O estado do Ceará ganhou destaque de nove das 10 melhores escolas públicas de ensino fundamental do Brasil, tendo como base notas dos alunos do 1º ao 5º ano.

Já em relação ao Ensino Médio estadual, várias ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado, nos últimos 10 anos, são coerentes com tais premissas. Como exemplo pode ser citada as parcerias e convênios celebrados entre a Secretaria de Educação com os institutos Unibanco, Ayrton Senna, Penísola e Aliança a partir da execução dos projetos Jovem de Futuro, Professor Diretor de Turma, Vivescer e do Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (SILVA, 2020).

De acordo com informações postadas no site da Secretaria da Educação por Falcão (2023) o Governo do Ceará atua para garantir a universalização deste modelo de ensino na rede pública (Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI) até 2026. Essa política educacional é considerada

prioritária e desenvolvida pela Secretaria da Educação, com o apoio do Educa Mais do governo do Ceará.

A Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) abrangem 157 municípios, beneficiando cerca de 82,5 mil alunos. Só na capital, Fortaleza, são 68 escolas com esta modalidade de ensino e a maioria das Escolas estão localizadas em municípios com maiores índices populacionais, sendo que a distribuição leva em conta as áreas mais vulneráveis. Nessas escolas, a oferta do tempo integral começa a partir da 1ª série do Ensino Médio e a expansão ocorre gradualmente para as próximas séries. Outro ponto relevante é que nessas escolas contam com currículo composto de formação geral básica e itinerários formativos, compreendendo disciplinas eletivas e projeto de vida. Já as escolas profissionais ofertam o Ensino Médio integrado a cursos técnicos (FALCÃO, 2023).

Diante desse contexto, nota-se que esse modelo educacional de escolas em tempo integral e de escolas de educação profissional, implantado no estado do Ceará, está trazendo muitos fatores positivos para cada estudante, como também, índices significativos para o governo do estado do Ceará, de modo que, outros estados do país querem implantar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza como

uma pesquisa bibliográfica, descritiva e com abordagem qualitativa, sendo que tem como principal objetivo analisar as contribuições da funcionalidade e articulação dos modelos das Escolas em Tempo Integral e das Escolas Estaduais Profissionais do Estado do Ceará, criadas no ano de 2008.

Segundo Gil (2017) a pesquisa bibliografia é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituídos de livros e artigos científicos. Sendo assim, neste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica detalhada no Google Acadêmico relacionada ao tema entre os meses de junho/2023 a setembro/2023, onde foram utilizados apenas os materiais publicados a nível nacional, por meio de revistas e sites de artigos científicos, livros e principalmente informações de legislação de órgãos ligados a educação, como Ministério da educação do Brasil e Secretaria do estado do Ceará. Os descritores utilizados na pesquisa foram: educação básica, escolas em tempo integral, ensino médio, educação profissional.

A pesquisa descritiva é utilizada para descrever as características de determinadas populações e/ou fenômenos. Um aspecto das atualizações de técnicas padronizadas de coletas de dados, assim como o questionário e a observação sistemático (GIL, 2017). No caso deste estudo, será descrito como é a funcionalidade do modelo das escolas em tempo integral e das escolas estaduais

profissionais implantadas no estado do Ceará, quais suas estatísticas e suas contribuições para a educação de um modo geral.

Já em relação à pesquisa qualitativa, Martins (2004) considera que é um tipo que se preocupa em analisar interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, fornecendo análise mais detalhada sobre hábitos, atitudes, tendências de comportamentos e percepção dos fatos e ou pessoas. Este estudo evidencia a qualidade que este modelo educacional contribui para os estudantes do estado do Ceará.

Após definido o tipo da pesquisa, determinado os meios utilizados para o estudo com a seleção dos artigos científicos, livros, revistas de autores e da legislação, serão analisados, avaliados para utilizar a técnica de elaboração da estruturação dos textos deste estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, teve como objetivo analisar as contribuições da funcionalidade e articulação dos modelos das Escolas em Tempo Integral e das Escolas Estaduais Profissionais do Estado do Ceará, criadas no ano de 2008.

Entende-se que o direito à educação, como é definido pela Constituição Federal de 1988 e por outros instrumentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) (BRASIL, 1996), assegura que todos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir suas etapas, na idade certa, com níveis satisfatórios de aprendizagem para que possam exercer plenamente sua cidadania, ter cotidianos saudáveis e se inserir no mundo do trabalho.

No entanto, na realidade brasileira, constata-se que ainda (no caso do estado do Ceará, havia) há muitos e complexos desafios para que a escola garanta que estudantes possam aprender, se desenvolver para fazer frente ao seu projeto de vida e contribuir com a sociedade de forma responsável e solidária. Isso significa dizer que nem toda criança, adolescente, jovem ou adulto (no caso do estado do Ceará, tinha) tem as mesmas oportunidades de acessar a escola, permanecer nela para aprender e se desenvolver como é assegurado constitucionalmente.

Como forma de reverter essa situação, no estado do Ceará, foi elaborado um plano para a construção de um projeto educacional capaz de socializar os conhecimentos científicos e a produção cultural da humanidade de crianças e jovens, de modo que contribuísse permanentemente com o desenvolvimento da autonomia e criticidade dos mesmos; valorizando o trabalho dos educadores, tornando as instituições de ensino em ambientes atrativos e prazerosos para que

cada criança e jovem pudesse aproveitar as oportunidades e ter um futuro promissor.

Sendo assim, esse sistema de educação cearense se apoia em cinco eixos interdependentes: alfabetização na idade certa para todas as crianças, incentivos financeiros para os municípios, assistência técnica na elaboração de materiais e atividades pedagógicas e avaliação contínua do aprendizado de estudantes.

Constatou-se que o modelo educacional de ensino em tempo integral em escolas estaduais do ensino médio e educação profissional, implantado no estado do Ceará, além do aumento no tempo escolar, contribuiu para ampliar as oportunidades de aprendizagem, favorecendo para o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, protagonismo estudantil por meio de escolhas de componentes curriculares eletivos. Percebeu-se também, que esse modelo educacional implantado no estado do Ceará, assegura a permanência dos estudantes no Ensino Médio e, as ações são desenvolvidas para a aprendizagem e qualificação profissional da juventude em ciência e tecnologia. Sendo assim, os estudantes concluirão o curso e se não quiserem ingressar na universidade, poderão seguir na carreira profissional escolhida no período em que cursaram o ensino da educação profissional do modelo educacional.

Com as experiências que apontaram

esse projeto educacional implantado pelo governo e secretaria da educação do estado no Ceará em cursos em diversas escolas municipais e estaduais espalhadas pelo território cearense, e diante do seu sucesso, muitas foram as estatísticas positivas e significativas realizadas por institutos da área da educação, e com isso, esse modelo está sendo reconhecido nacionalmente e outros estados da federação querem seguir.

Portanto, fica evidente que este modelo educacional implantado no estado do Ceará, trouxe muitos frutos significativos, tanto para os profissionais da educação quanto para os estudantes, uma vez que, contribuiu para o combate à evasão escolar, propõe oportunidades aos estudantes para cidadania e capacitação para o trabalho, os índices superaram os negativos de anos anteriores, tanto que esse modelo está servindo de exemplo para outros estados e também, o governo federal.

Entende-se que este é um assunto de grande relevância e precisa ser discutido com muita cautela, pois como o Brasil é um país extenso, com diversas culturas e com posições sociais variadas, antes do governo federal implementar e implantar esse modelo de ensino médio em tempo integral de escolas estaduais e de educação profissional Brasil afora, é fundamental realizar estudos de todas as regiões e adaptar o modelo conforme a demanda de cada regionalidade e que supra as

suas necessidades.

Agradecimentos

O autor expressa sua gratidão ao orientador, Professor Doutor Luiz Raphael Teixeira da Silva, e ao coorientador, Professor Doutor Giovane Silva Balbino, pela excelência na mentoria acadêmica durante a jornada (em curso) no Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol (UNADES) – Assunção, Paraguai.

Estende o agradecimento pela condução firme e inspiradora na escrita da tese e no desenvolvimento do produto educacional intitulado "Guia Formativo para o Trabalho Docente com Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)".

A parceria estabelecida consolidou-se na pesquisa e escrita de artigos fundamentais que compõem este percurso, tais como: Pedocracia e permissividade: impactos da parentalidade no comportamento de crianças da educação especial nos contextos familiar e escolar; Contribuições da educação básica do estado do Ceará no cenário nacional por meio dos modelos das escolas de ensino em tempo integral e das escolas estaduais de educação; e A pedagogia da culpabilização: o sistema e a responsabilização docente frente ao insucesso escolar na inclusão de alunos atípicos. O rigor científico e o suporte constante de ambos foram o alicerce indispensável para a conclusão deste trabalho.

Este manuscrito guarda relação direta com o tema em questão da tese de doutorado intitulada: Práticas pedagógicas na educação profissional e tecnológica (EPT): a mediação docente e os desafios da inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) no ensino médio integrado.

Apresenta-se, a seguir, um breve relato biográfico dos pesquisadores responsáveis por este trabalho, destacando suas trajetórias acadêmicas e contribuições na área da Educação:

LIMA, Paulo Sergio Pereira de.

Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol (UNADES/PY), Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG. Possui Licenciaturas em Pedagogia (UVA), Educação Física (FABRAS), Filosofia (UNICV) e Sociologia (UNICV), além de graduação tecnológica em Gestão Pública (UNESA). Sua formação de pós-graduação lato sensu é estruturada em dois eixos principais: Educação Especial e Inclusiva: Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Especial; Neuropsicopedagogia e Psicanálise Clínica; e Psicomotricidade Clínica e Relacional. Gestão Organizacional e Políticas Públicas: MBA em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos (FIBMG); especialista em Políticas Públicas e

Gestão Governamental (UNINTER); e Especialista em Terceiro Setor e Projetos Sociais (UNIASSELVI). Possui ainda especializações em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica (ICETEC) e Docência e Gestão na Educação à Distância (FAVENI). Atualmente é Professor Efetivo da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME) e colabora com a União dos Escoteiros do Brasil e o Instituto Sinergia Social e Causas do Bem. É membro afiliado da ABPp, ABBri, UEB, ABED, APEOC, SINDIUTE e do CRA-CE.

SILVA, Luiz Raphael Teixeira da. Estágio Pós Doutoral em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR); É Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Tem experiência como pesquisador nos campos da Geografia Cultural e Ensino, atuando nos seguintes temas: Patrimônio Cultural, Paisagem Cultural, Educação, Ensino e Currículo. Colaborador do Laboratório de Estudos Geoeeducacionais e Espaços Simbólicos - LEGES/UFC. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Religião - NUPPER (UFPR) e Pesquisador do COMPMAC - Comunicação Patrimonial e Mapeamento Cognitivo (UFC); Membro do Conselho Editorial da Revista Relegens Thréskeia; Professor Efetivo da Rede Pública e Provada de Ensino do Ceará e de Fortaleza; Professor da Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH). Consultor Educacional da

Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE); Consultor Educacional da Revista Nova Escola. Autor do Documento Curricular Referencial do Estado do Ceará (DCRC/BNCC) nos componentes de Ensino Religioso e Geografia.

BALBINO, Giovane Silva. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), na Área de Concentração Cultura, Filosofia e História da Educação; Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na Linha de Pesquisa Trabalho e Educação; Possui experiência nas áreas de História e Educação, com ênfase em História da Educação Brasileira, Estado, Igreja Católica, Trabalho, Assistencialismo e Cidade. Integra o Grupo de Pesquisa e História da Educação: sujeitos, instituições e práticas (Brasil, séculos XIXXX) da USP. Atualmente, é Professor Substituto e Coordenador do Curso de História da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) - Campus de Campanha.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Williams Cesar de. **O papel desempenhado pelo plano de metas junto ao setor automobilístico sob a perspectiva de acumulação centrada no capital industrial.** 2020. 49 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Governo institui Programa Escola em Tempo**

Integral. 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/governo-institui-programa-escola-em-tempo-integral?fbclid=IwAR2h-vI8EIXt5D4JKibvQ5CibdfagksnuQnCf6pNmDZJRns4GyoHz0vyagc>. Acesso em: 07 fev. 2026.

CASSIO, Fernando. A reforma do Ensino Médio deve ser mantida. **Folha de São Paulo**, 2023. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/02/a-reforma-do-ensino-medio-deve-ser-mantida-nao.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2026.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). **Criação EEEP**. Disponível em:
<https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/criacao-eeep/>. Acesso em: 06 fev. 2026.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). **Educação Profissional**. 2015. Disponível em:
<https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-profissional/>. Acesso em: 08 jan. 2023.

FALCÃO, Larissa. **Mais de 70% das escolas estaduais do Ceará ofertarão Ensino Médio em tempo integral em 2023**. 2023. Disponível em:
<https://www.seduc.ce.gov.br/2023/01/26/mais-de-70-das-escolas-estaduais-do-ceara-ofertarao-ensino-medio-em-tempo-integral-em-2023/>. Acesso em: 14 fev. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, Ludiene Souza. **Desenvolvimento profissional de engenheiros-professores: um olhar a partir da experiência dos docentes do Curso Técnico em Eletrotécnica integrado ao ensino médio do IF Sudeste MG - Campus Muriaé**. 2023. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2023. Disponível em:

http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/3152/1/ludiene_souza_leite.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004.

MINEIRO, Eliane Cristina Gualberto Melo; LOPES, Frederico Antônio Mineiro. Processo histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil: das origens da educação profissional à criação dos Institutos Federais. **Revista Labor**, v. 2, n. 4, p. 279-302, 2020.

SILVA, Pedro. Mitos e verdades sobre o “sucesso” da educação cearense. **Brasil de fato Ceará**, 2020. Disponível em:
<https://www.brasildefatoce.com.br/2020/11/27/mitos-e-verdades-sobre-o-sucesso-da-educacao-cearense>. Acesso em: 08 jan. 2026.